

Insatisfação com emendas adia votação de pacote

Votação de pacote é adiada após crise com emendas

Decisão de Dino, chancelada pela maioria dos ministros do STF, criando regras mais rígidas para os pagamentos causa reações no Congresso. Planalto atua para liberar R\$ 7,8 bilhões, e AGU aciona a Corte pedindo mudanças

CAMILLA TURTELLI GABRIEL
SABOIA, DIMÍTRIS DANTAS E
MARIANA MUNIZ
REPORTAGEM

Após decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), impondo regras mais rígidas para a liberação das emendas parlamentares gerando incômodo entre parlamentares, a Câmara adiou ontem a votação de dois requerimentos que acelerariam a votação do pacote de corte de gastos anunciado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda). Os itens chegaram a entrar na pauta, mas a sessão foi encerrada sem que fossem analisados. A tendência é que sejam apreciados hoje, enquanto o Palácio do Planalto atua para conter os danos.

Até o fechamento desta edição, nove ministros do STF já haviam votado pela determinação de regras mais duras para os pagamentos. A sessão do plenário virtual foi encerrada às 23h59m.

Mesmo líderes da base do governo definiram como "pessimista" o clima no Legislativo após o posicionamento da Corte sobre os repasses. No grupo de WhatsApp do União Brasil, parlamentares fizeram uma série de reclamações.

— A lei sancionada atende às exigências dos critérios da transparência e da rastreabilidade, que eram os pontos essenciais. A nova decisão (de Dino) traz outros elementos que vêm para burocratizar o processo, torná-lo mais confuso e mais complexo, que é exatamente na linha contrária daquilo que se pretende com o Orçamento — disse o líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB).

Outra sinalização partiu do favorito à sucessão de Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Câmara a partir do ano que vem, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB). O parlamentar defendeu que o Congresso não deve negociar os limites das suas prerrogativas com o STF e pediu que Dino "destrave o orçamento do Legislativo".

— O Parlamento quer o Orçamento destravado, já que votou uma lei com base neste acordo representado pelos três Poderes. Esperamos que o Judiciário destrave nosso Orçamento. O Legislativo deve ser respeitado pelo seu tamanho — afirmou Motta.



Em foto, sessão na Câmara: decisão de Dino, depois chancelada por maioria do STF, desagradou Congresso e levou governo a atuar contra impacto em projetos

AS MUDANÇAS IMPOSTAS POR DINO

Emendas de bancada estadual



A decisão do ministro determina que é preciso que seja feita a identificação nominal dos parlamentares autores das propostas, podem ser feitas por qualquer parlamentar. As emendas de comissão são indicadas por colegiados temáticos no Congresso.

Emendas de comissão



Determina que é preciso a identificação nominal dos parlamentares autores das propostas, podem ser feitas por qualquer parlamentar. As emendas de comissão são indicadas por colegiados temáticos no Congresso.

Emendas para saúde



Emendas de todas as modalidades para a área devem seguir orientações não só do Ministério como de comissões que contam com gestores estaduais e municipais, e o Ministério da Saúde precisa dar aval para a liberação da verba.

Emendas Pix



Plano de trabalho precisa ser apresentado e aprovado pelo Executivo antes do pagamento; resalta competência do TCU, mas cita possibilidade de colaboração dos tribunais dos estados e municípios e de atuação da PF e CGU.

Regras orçamentárias



A decisão também traz regras para limitar o crescimento do valor total das emendas a cada ano. O montante não pode crescer mais do que as despesas discricionárias do Executivo ou do limite do arcabouço fiscal.

A decisão do STF provocou irritação também entre os congressistas do "baixo clero", que acreditam terem ficado de fora de um acordo feito entre a cúpula do Congresso e o Executivo.

O Planalto foi avisado da insatisfação e buscou contornar possíveis efeitos negativos no pacote de contenção de gastos. A situação foi reconhecida pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP).

— É óbvio que teve um incômodo em relação a isso desde ontem (segunda-feira), mas o governo tem uma posição em relação a esse tema. A posição do governo é defender no Supremo Tribunal Federal a lei comple-

mentar, que foi aprovada por esse Parlamento e sancionada sem vetos pelo presidente da República — disse Randolfe ao enfatizar que a intenção do Executivo era "pacificar" a situação.

Líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA)



foi no mesmo tom: — Houve um acordo, o presidente fez, assinou o acordo, refletindo a conversa entre os Poderes. Na hora em que chegou lá (Supremo), ele (Dino) botou mais uma mudança, que também não estava. Estamos nesse meio de

caminho. Vai resolver, todo mundo tem juízo. Cada um fez o que lhe é de direito, mas o acordo obriga todo mundo a sentar e chegar lá.

A decisão de Dino desagradou ao determinar que as emendas de comissão e os restos a pagar das antigas emendas de relator (que compunham o orçamento secreto) só podem ser executadas caso o solicitante seja identificado nominalmente no Portal da Transparência.

O texto aprovado no Congresso não exige identificação nominal dos autores das emendas de comissão e de bancada, determinando apenas registro em ata da indicação do grupo. No caso das emendas de comissão, a lei só permite indicação por líder

partidários, mas o ministro considerou que eles não têm um "monopólio" e estabeleceu que qualquer parlamentar pode fazer isso.

Com este panorama em mãos, a Secretaria de Relações Institucionais, responsável pela articulação do Palácio do Planalto, pediu ao Ministério da Fazenda a liberação de R\$ 7,8 bilhões para realizar o pagamento de emendas às empresas nos próximos dias e que estavam represadas, em uma tentativa de reduzir a insatisfação.

A solicitação foi apresentada por Randolfe em reunião na Comissão Mista de Orçamento. Segundo o colunista Malu Gaspar, o encontro foi tenso, e os parlamentares reclamaram de traição do governo Lula nas negociações para regulamentar as emendas.

AGU PEDE MUDANÇAS

Em outra frente, a Advocacia-Geral da União (AGU) acionou o STF solicitando a reconsideração de três pontos da decisão de Dino. No recurso, a AGU pede que sejam revisadas a necessidade de aprovação pelo governo federal de um plano de trabalho para liberação das emendas Pix; a obrigação da identificação nominal dos parlamentares solicitantes das emendas de bancada; e aborda o ponto que trata do crescimento do volume total de emendas para 2025. De acordo com o recurso, a lei sancionada já prevê o crescimento desse tipo de despesa dentro dos limites do arcabouço fiscal.

A AGU argumenta que a lei aprovada pelo Congresso e sancionada por Lula corrige os problemas apontados pelo STF.

Ainda ontem, a Comissão Mista de Orçamento comunicou os parlamentares sobre a abertura do sistema de indicação de emendas. A ideia é que deputados e senadores assumam a responsabilidade pela indicação do antigo orçamento secreto. Apesar de essa modalidade de emendas, sem transparência sobre os autores, ter sido considerada inconstitucional há dois anos pelo Supremo, parte dos recursos ainda precisa ser paga pelo governo federal, os chamados "restos a pagar". Em troca da liberação, contudo, Dino exigiu que o Congresso identificasse o padrinho dos repasses. Segundo o sistema, há R\$ 6,6 bilhões em saldo ainda a ser pago pelo Executivo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 8